FRUTOS DA VIOLÊNCIA: O OLHAR ESTRANGEIRO E A CABANAGEM COMO VINGANÇA DE ÍNDIOS CONTRA OS PORTUGUESES

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Neste artigo abordaremos uma vertente interpretativa da Cabanagem surgida logo após a eclosão daquela revolta popular ocorrida na década de 1830 no Grão-Pará e difundida por escritores estrangeiros em livros de memória, registros históricos e relatos de viagens. Abstraindo o efervescente debate político do período e tangenciando uma efetiva aferição da complexa sociedade colonial e pós-colonial do Grão-Pará, tais estrangeiros tenderam - como fez Daniel Kidder - a pensar a rebelião "como fruto da violência que desde o início da colonização do Pará pelos portugueses se praticou contra o índio desprezado". Tal interpretação, em boa medida plasmada no discurso das lideranças rebeldes paraenses, legitimaria, um século depois, os argumentos da volumosa produção historiográfica que passaria, após 1935, a referenciar a Cabanagem, quase que exclusivamente, como movimento *nativista*.

Em outra ocasião, tivemos a oportunidade de argumentar acerca do tratamento diferenciado que durante todo o período colonial e mesmo ao longo do século XIX a historiografia dispensou à relação que as coroas ibéricas e os agentes coloniais de Portugal e Espanha mantiveram com os povos indígenas. Assim, enquanto os espanhóis viram-se plasmados à imagem negativa produzida pelos destruidores dos impérios Mais, Incas e Astecas, em ações truculentas vividamente retratadas por cronistas e missionários como Frei Bartolomeu de Las Casas; os portugueses - e, em especial seus missionários, de José de Anchieta a Antônio Vieira -, lograram melhor sorte, chegando mesmo a consolidar imagens de brandura e cordialidade ante seus dominados.

Uma primeira e mais óbvia constatação a ser feita é que a tradição historiográfica brasileira relativa aos índios assumiu a herança tanto de um pensamento como de uma legislação colonial francamente desfavorável aos índios - Carlos Araújo Moreira Neto a chamou de "anti-indígena" [1]-, chegando a patrocinar diversas guerras e ações punitivas e até mesmo a advogar seu extermínio. Para Manuela Carneiro da Cunha a legislação e a ação indigenista do Império foram marcadas pelo avanço sistemático sobre as terras indígenas, enquanto o debate oficialmente produzido, tangenciando os direitos indíge-

1 MOREIRA NETO, 1988: 30.

nas ou mesmo a necessidade de sua inserção no seio da sociedade brasileira, foi travado em torno "não dos fins de uma política indigenista, e sim de seus meios: se se deveriam exterminar sumariamente aos índios, distribuí-los aos moradores ou se deveriam ser cativados com brandura".[2]

Do ponto de vista propriamente historiográfico, convêm destacar a abordagem depreciativa do índio proposta em meados do século XIX por Francisco Adolpho de Varnhagen, em especial pelo fato de sua alentada *História Geral do Brasil* ter servido de veio interpretativo por onde fruiu boa parte da historiografia brasileira da segunda metade do século XIX e mesmo da primeira do século XX [3]. Varnhagen via os índios como um verdadeiro estorvo para a emergente nacionalidade brasileira, adjetivando-os, quase sempre, de forma bastante depreciativa - "cáfila de canibais" -, enquanto mostrava seu franco descontentamento com as exaltações românticas patrocinadas por parte do segmento literário da época. Assim, de forma bastante indignada, não deixaria de condenar o indianismo de Gonçalves Dias por tentar "ostentar patriotismo exaltando as ações de uma caterva de canibais que vinha assaltar a colônia de nossos antepassados só para os devorar".[4] Para o historiador sorocabano, tais posturas maculavam, em especial a memória dos missionários que, por seu abnegado trabalho de paciente e dedicada catequese, devotaram suas vidas para fazer avançar a civilização nos trópicos.

Os adeptos de tal postura foram inúmeros, adentrando ao século XX. Veja-se a posição de Arthur Cezar Ferreira Reis, para quem, "a política que Portugal realizou na Amazônia... [não se fez] pela força de uma ação violenta" [5]. Bem ao contrário, para o consagrado historiador amazonense:

> Desde os primeiros tempos, verificada a existência de multidões infinitas de tabas indígenas, das mais variadas famílias, o que permitiu a impressão de que se estava numa nova Babel, apelou o Estado para a cooperação das Ordens Religiosas. E Franciscanos da Província de Santo Antônio, Jesuítas, Mercedários, Franciscanos da Beira e Minho, Carmelitas, Capuchos da Piedade, vieram participar das jornadas de cristandade, visando pacificação, incorporação de tribos e amansamento dos rudes costumes

2 CUNHA, 1992: 5.

3 Com efeito, uma percepção dos índios do Brasil pelo prisma conservador e preconceituoso assumido por Varnhagen resistiu até mesmo às revisões radicais dos anos 1930, sendo assumida, por exemplo, por historiadores vanguardistas do porte de Caio Prado Júnior, que em várias passagens de suas obras os referencia como selvagens, atrasados e de "nível cultural baixo". Cf.: PRADO JUNIOR, 1983: 70.

4 VARNHAGEN, 1987: 44-45.

5 REIS, 1994: 52.

> que os colonos implantavam na região, soltos que estavam, despoliciados pela amplitude do espaço, as distâncias que separavam os núcleos que montavam a própria brutalidade do meio. [6]

O que a "narrativa heroico-nacionalista" de Arthur Reis[7] sublima, em sua exaltação da expansão luso-brasileira pela Amazônia, é a força das contradições e dos conflitos intracoloniais, em especial os deflagrados contra os povos indígenas, por ele entendidos como peças menores, insignificantes mesmo, diante da pujança e grandeza da causa civilizatória posta em prática por Portugal na Amazônia. Não é à toa que em sua emblemática *História do Amazonas*, o autor comece com uma constatação e um questionamento. Diz ele: "Muito propositadamente deixamos de lado o relativo às populações ameríndias. Será uma falha grave?".[8] Arthur Reis, claro, tinha sua resposta, de resto, visível em toda sua obra.

Com efeito, é ainda necessário combater tanto essas visões conservadoras arraigadas quanto esse ocultamento do índio no interior da historiografia brasileira, tal como insistentemente propunha a lúcida militância acadêmica de John Monteiro, tragicamente interrompida. Monteiro destacou também essas posições diferenciadas assumidas pela história indígena no cenário da América hispânica e da América portuguesa, onde, num *contraste radical*, sobressai a "ausência quase total de fontes textuais e iconográficas produzidas por escritores e artistas índios", o que, para o autor, "por si só impõe uma séria restrição aos historiadores". Indo adiante, Monteiro argumenta que:

> No entanto, o maior obstáculo impedindo o ingresso mais pleno de atores indígenas no palco da historiografia brasileira parece residir na resistência dos historiadores ao tema, considerado, desde há muito, como alçada exclusiva dos antropólogos. De fato, o isolamento dos índios no pensamento brasileiro, embora já anunciado pelos primeiros escritores coloniais, começou a ser construído de maneira mais definitiva a partir da elaboração inicial de uma historiografia nacional, em meados do século XIX. [9]

6 REIS, 1994: 43.

7 PACHECO, 2012.

8 REIS, 1994: 43.

9 MONTEIRO, 2001: 2.

Seja como for, conflitando com a tradição historiográfica brasileira, em meados do século XIX, a denúncia contra portugueses e brasileiros no trato com os índios se expressa por todos os lados, em especial nos estudos históricos assinados por estrangeiros, em seus relatos de viagens e suas narrativas literárias. Uma relativa valorização do índio e a denúncia de sua exploração e dizimação é, aqui também, "exceção que vem do estrangeiro", para usar uma feliz expressão de Nelson Werneck Sodré em sua avaliação acerca da historiografia sobre o Brasil emergida no século XIX.[10]

Com efeito, o discurso de autores estrangeiros sobre os índios ao longo do século XIX é ambíguo, já que, de um lado, fossem religiosos, militares, naturalistas ou simples aventureiros, os estrangeiros mostraram-se, à época e de uma forma geral, pouco indulgentes com as populações indígenas, já que partilhavam e, em alguns casos, propunham – como em Alfred Russel Wallace ou Louis Agassis –, teorias raciais que associavam aqueles grupos humanos à patamares inferiores de uma escala evolutiva do processo civilizatório. Por outro lado, também não se escusaram de avaliar criticamente a atuação do colonialismo português, vendo-o, sem rodeios, como assas violento e opressivo.

Em trabalho anterior, ancorado na análise dos romances do francês Emile Carrey sobre a Amazônia pós Cabanagem, nos reportamos ao fato de como essas avaliações negativas aceca do colonialismo luso repercutiram pela narrativa literária. Assim, descrevendo o Convento de Santo Antonio, em Belém, Carrey nos propõe a ouvir, do interior daquelas ruínas "os gemidos [que] ecoaram noutro tempo, sob aquelas abóbadas sombrias". O autor, indagava-se ainda:

> Que de vitimas índias não entraram por aquela porta para não tornarem a sair [?]! [E continua:] As carnificinas dos Cortezes e dos Pizarros ergueram na historia uma justa reprovação; todavia alguns tiveram por desculpa, senão por perdão, a fatalidade da conquista, e a embriaguez de um triunfo sanguinolento. Mas ignoram-se as frias crueldades exercidas pelos portugueses, sobre os índios do baixo Amazonas, e das Guianas. [11]

Tais interpretações ganharam força num momento em que a crise do colonialismo português já havia levado à perda de sua mais importante colônia, e, nesta (o Brasil), as forças aristocráticas, cingindo-se entre reinóis e coloniais, mediam forças nos anos iniciais da construção do Novo Império. Com efeito, como nos lembra Caio Prado Júnior, já no pro-

10 SODRÉ, 1967: 217.

11 CARREY, 1862: 319.

cesso constituinte de 1823, emergiria um "xenofobismo extremado", como demonstravam as ações de Antonio Carlos, redator do projeto, que "cada vez que nela escreveu a palavra *estrangeiro* teve diante de si o fantasma português, que por seu turno evocava o espectro da recoloniazação".[12] Do seio das elites políticas, tais contradições espraiaram-se pelas *camadas inferiores* ao longo de todo o Primeiro Reinado e durante a Menoridade, produzindo nelas, ainda segundo Prado júnior, "atitudes revolucionárias inconsequentes". Em tais ações, diz o autor, "são os portugueses as principais vítimas da plebe amotinada. Suas lojas e casas de comércio são assaltadas e os proprietários espancados e mortos".[13]

Desta forma, não é demais presumir que essa atmosfera de animosidades latentes fosse igualmente percebida pelos diversos estrangeiros (excluindo-se aqui os portugueses) que transitaram pela região amazônica e dela deixaram suas impressões em textos de modalidades diversas.

Vale a pena enfatizar o relato de Daniel Parish Kidder, missionário metodista norte-americano, pela centralidade que estas questões assumiram em sua obra. Kidder esteve no Brasil em dois momentos, entre 1836 e 1837 e em 1840 a 1842, demonstrando ser um arguto observador do quadro político e social efervescente da província do Grão-Pará. A primeira visão de Belém, deixando perceber ainda "os efeitos da revolução de 1835", é o mote que lhe permite o olhar retrospectivo, em direção às causas de tão impactante episódio. Ao assim proceder, Kidder culpabiliza diretamente os portugueses, argumentando que "quase todas as revoluções que agitaram o Pará podem ser direta ou indiretamente atribuídas ao espírito de vingança que os primitivos exploradores, em suas expedições sanguinárias, incutiram na mentalidade dos nativos e mestiços do interior".[14]

Crítico ferrenho da escravidão, que chamava de "revoltante aos espíritos esclarecidos", Kidder a vê dissimulada no recrutamento às milícias: "Agora que o índio já não mais pode ser ostensivamente reduzido à escravidão, é recrutado para o serviço do exército e da marinha".[15]

Quase três décadas depois, Elizabeth e Luiz Agassiz vivenciarem de perto o drama das tropas recrutadas na Província do Amazonas, quando tiveram que estender sua estadia em Manaus por força de uma rebelião da tropa que não queria ser embarcada para o Pará. Naquela ocasião, lembraram que "o tumulto foi tão grande no contingente que todos os homens foram postos sob chave" no porão do navio até o momento de embarque. [16]

---

12 PRADO JÚNIOR, 1986: 54.

13 PRADO JÚNIOR, 1986: 68.

14 KIDDER, 1980: 185.

15 KIDDER, 1980: 186.

16 AGASSIZ, 1975: 175.

Essa imagem de soldados atados em cordas e paus, como era comum ocorrer durante os deslocamentos dos plantéis de escravos, volta e meia retornam à narrativa de Agassiz, que sempre se mostrou perplexo com a implícita associação que na Amazônia se fazia entre recrutas e desertores. Tanto é assim que ao comentar a situação da cadeia pública de Tefé (antiga vila de Ega, no Amazonas), o naturalista lembrava a fala do Presidente da Província que dizia terem as casas de reclusão recebido no ano de 1863, "583 prisioneiros, compreendidos neste número recrutas e desertores", e comentava:

> Recrutas e desertores! A associação dessas duas classes de indivíduos, como se tivessem cometido o mesmo crime!... Os agentes de recrutamento, tão maus como os antigos "press-gang" da Inglaterra, entram pelas florestas e agarram os índios onde quer que os encontrem. Todos aqueles que resistam a esses processos sumários ou que demonstrem a menor intenção de escapar-lhes são presos até a partida do vapor que os conduz a cidade do Pará, donde são mandados para o exército. A única prisão abarrotada que vi foi aquela em que estavam recolhidos os recrutas. [17]

Sob tais circunstâncias parece coerente a avaliação de Daniel Kidder em ver o estopim da revolta de 1835 no descontentamento e insubordinação da tropa que, amotinada, inicia uma "matança indistinta de portugueses".[18] A Cabanagem passaria, portanto, a ser apresentada como um ato de vingança instintiva, uma reação natural dos índios frente a séculos de espoliação lusitana na Amazônia. Dirá o missionário que não via "nesse estado de coisas senão os frutos da violência que desde o início da colonização do Pará pelos portugueses se praticou contra o índio desprezado".[19]

Outro estrangeiro a ser destacado é Gottfried Heirich Handelmann, historiador alemão e autor de uma primorosa e alentada *História do Brasil*, escrita em 1860. Contemporâneo de Varnhagen, Handelmann era historiador acadêmico de formação e apresentava envergadura intelectual visivelmente superior, expressando, sem rodeios, o melhor da historiografia alemã produzira no período. Como indicado no Prefácio, o estudo de Handelmann sobre o Brasil era entendido por ele como a finalização de um trabalho dedicado à História da Colonização e Independência da América, já tendo, em 1856, publicado dois volumes iniciais, um dedicado aos Estados Unidos da América (um país de raça branca) e

17 AGASSIZ, 1975: 179.

18 KIDDER, 1980: 215.

19 KIDDER, 1980: 215-216.

outro ao Haiti (de raça negra). O livro sobre o Brasil seria, desta forma, a oportunidade de estudar a trajetória de um país cuja raça era, para o autor, majoritariamente de "branca e vermelha". Desta forma, já desde a elaboração da obra, ficava estabelecida a centralidade e a importância das populações indígenas.[20]

A abordagem era também diferenciada. Nelson Werneck Sodré não lhe poupou elogios, salientando seu pioneirismo:

> Pela primeira vez os acontecimentos do passado brasileiro vão ser relacionados, procurando o alemão mostrar reflexos de uns em outros, situando causas e efeitos; pela primeira vez determinados aspectos são levantados, inclusive os sociais; Handelmann vê onde os outros não viram e mostra diversos lados das questões, além daquele que se apresenta pela simples enumeração dos acontecimentos e pelo arrolamento das personagens... Handelmann supera todos os historiadores que escreveram antes dele pela compreensão dos problemas, pela análise que apresenta a propósito dos temas principais, pela sensibilidade ao importante, pela forma como discrimina valores e situa o processo histórico.[21]

Handelmann compulsou diversas fontes documentais e consultou o que havia sido escrito na Europa e nos Estados Unidos sobre o país, reverberando em seus textos muitas das informações exaradas por Daniel Kidder e outros viajantes. Sobre o tratamento destinado aos índios pelos portugueses, é singular a reprodução em sua obra, de um diálogo, havido em 1852, entre o tenente norte-americano Herndon e um juiz municipal de uma localidade no rio Xingu. Tal diálogo dá bem a dimensão da forma como era visto no Brasil o relacionamento dos portugueses com os índios em meados do século XIX. Desse diálogo, diz Herndon:

> Nós falávamos sobre projetos de reforma em favor da população índia. O juiz municipal julgava ser necessário empregar força militar, a fim de subjuga-la inteiramente; era mirter força-la de todo modo a trabalhar (portanto, o mesmo desejo de escravidão índia e trabalho obrigatório, como no século XVIII). Eu respondi que um português me dissera que a melhor reforma seria enforcar todos os índios. Com isso o meu amigo pareceu ficar um tanto horrorizado: não havia necessidade de remédio tão radical;

20 HANDELMANN, 1982: 23

21 MATOS, 1982: 14.

> contudo, ele concordava em que seria de vantagem matar os velhos; porém, podia-se mata-los a tiro. Creio que o homem falava mesmo a sério.[22]

Para Handelmann, menos que um *intruso*, como assombrosamente defendia Varnhagen, os índios estavam em seu território e desde o início da colonização, o haviam "defendido corajosamente contra o ataque dos portugueses", embora sucumbissem ao ardil da catequese: "muitas vezes resolviam tribos inteiras acompanhar o pregador ao domínio da colônia portuguesa, trocar a sua liberdade selvagem pela suave soberania portuguesa".[23]

A visão que tem dos índios é, de fato, a de um segmento injustiçado, e isso especialmente se deve ao fato de que dada a centralidade que ocupam no processo produtivo, são tratados como párias e irmanados no infortúnio aos escravos negros [24]. Ao enfrentar o desafio de analisar o movimento cabano, Handermann não tergiversa: minimiza o propalado descontentamento das massas com o governo provincial e desqualifica as alegadas cobiças particularistas como meros pretextos e dispara:

> O verdadeiro motivo era o ódio dos brasileiros contra os portugueses – ódio que se originava, não numa passageira antipatia nacional, explicável logo depois da separação inamistosa entre a pátria-mãe e a pátria-filha, porém em fundamentais motivos materiais; é, por conseguinte, de origem mais antiga e perdura sempre.[25]

O ódio racial latente e alimentado por práticas cotidianas de exclusão, opressão e violência ao longo de trezentos anos era apenas a porta de entrada para a rebelião,[26] mas Handelmann sugere que este conflito inicial desde logo perde o sentido, sucumbindo a dimensões mais profundas: "a sublevação apresentou-se como uma guerra de índios contra os brancos, dos destituídos de bens contra os que possuíam bens".[27]

---

22 *Apud*. HANDELMAN, 1982: 257-258.

23 HANDELMANN, 1982: 236.

24 Para Handelmann, os índios constituem "(ao lado dos escravos negros) a classe dos trabalhadores propriamente ditos; eles colhem os produtos da mata virgem, servem como caçadores, como pescadores, como barqueiros, e, por mais medíocre e desvalioso que seja, em suma, o seu serviço, de modo algum se pode dispensá-lo". HANDELMANN, 1982: 258.

25 HANDELMANN, 1982: 261.

26 "O povo baixo brasileiro considera-os [os portugueses] verdadeiros sanguessugas estrangeiros (como os europeus consideram os judeus); ele odeia os portugueses por causa de seu espírito comercial judeu, inveja-lhes a fortuna, e por toda parte, onde se declara algum levante sério, são eles as primeiras vítimas de seu furor". HANDELMANN, 1982: 261.

27 HANDELMANN, 1982: 262.

Essa execração dos portugueses se via ainda mais amplificada quando, em paralelo, recuperava-se uma imagem do índio que, cambiante, passa a ser exaltado agora como "bom selvagem", sofrendo impiedosamente todos os martírios. Já na obra de Daniel Kidder o índio passou a ser apresentado como "inocente e inofensivo", tendo sido "perseguido e caçado até o mais íntimo recesso de seu habitat silvestre, como se fora um animal qualquer" [28]. Emile Carrey, por sua vez, os apresentará, igualmente, como uma "raça de homens hospitaleira e meiga, com rosto e voz de mulher, que parece existir só para dormir".[29]

Seguindo nesse diapasão, não deixa de ser interessante perceber como, manipulando a pena literária, dois novelistas estrangeiros de meados do século XIX – o francês Emile Carrey e o português Francisco Gomes de Amorim – explicam a seus leitores o movimento da Cabanagem. O narrador de *Os Revoltosos do Pará*, de Emile Carrey, inicia alertando seus leitores: "vou explicar-lhos em poucas palavras o que se passou":

> Em agosto do anno passado, sessenta homens d'esta provincia, fatigados das tyranias dos nossos despotasinhos villões, pegaram em armas, sem saberem para que, nas margens do. rio Araca. Foram mandados contra elles trinta e dois soldados que os dispersaram.
> Dois mezes depois, em novembro, aquelles sessenta homens, tinham-se tornado em tresentos. Isto produzio sensação na cidade, e como muitos individuos, cansados de vexações, pelo menos inuteis, protegiam os revoltosos, fez o presidente um grande esforço. Armaram-se, oitocentos homens, prepararam-se embarcações de estado, e pozeram-se a caminho contra os insurgentes. A revolução foi vencida segunda vez.
> Os vicloriosos triumphararn com expansões de tyrania, quando, a 7 de janeiro, às tres horas da manhã, entraram no Pará sessenta e cinco homens, despojos da revolta. A cidade tinha dentro dos seus muros cem guardas policiaes, mil e tresentos soldados d'infanteria, mil e duzentos guardas nacionaes, e fundeados no rio dois navios de guerra. Ás oito horas da manhã tudo isto
> estava submellido ou derrotado, e os sessenta e cinco revoltosos, coadjuvados por todos os descontentes do dia, estavam senhores absolutos da cidade.[30]

28 KIDDER, 1980: 217.

29 CARREY, 1862: 319.

30 CARREY, 1862: 127-129.

Já Gomes de Amorim explica o movimento na sessão de "notas e esclarecimentos" que faz acompanhar o seu teatro Ódio de Raça:

> No dia 7 de janeiro de 1835, houve na cidade do Pará uma noite de matança, como a que em 24 de agosto de 1572 teve logar na França por ordem de Carlos IX e Catharina de Medicis. Mas, no Pará, não foi o fanatismo religioso, nem mesmo o político, que moveu o braço dos assassinos. O sentimento do crime, a paixão do roubo e do sangue, o ódio aos portugueses, e a falta de educação e conhecimentos convenientes para acatar as leis sociaes, impeliram um bando de miseráveis a armarem-se contra estas afim de romperem o dique posto pela civilisação a seus instinctos ferozes e selvagens. Os assassinos reuniram-se no rio Acará, próximo da cidade, e d'alli vieram na noite de 6 de janeiro para os matos que rodeiam as primeiras casas. O presidente da província e o general das armas, que estavam no theatro, receberam o aviso a tempo de poderem ainda tomar providências; mas, como se estivessem já manietados a um destino fatal, nada fizeram e foram, na madrugada de 7, as primeiras victimas dos facinoras. Presidente, general das armas, comandante da marinha, comandantes e officiaes dos corpos, todos caíram sob o ferro homicida dos bandidos. Negociantes, empregados, operários, homens de todas as classes, mulheres, creanças - todos que não pertenciam á horda infame dos cannibaes, eram mostos a tiro, ás coronhadas e cacetadas, á faca, á machado, por todos os modos que sugeria a imaginação sanguinaria dos matadores, depois de infligirem ás victimas tractos do inferno de mistura com as maiores afrontas que podem praticar selvagens enfurecidos. A esse partido horrível aggregaram-se depois alguns homens notáveis da província, sem duvida por medo da morte; porque se não poderia explicar de outro modo uma adhesão que assim mesmo lançou sobre seus nomes uma nodoa indelével.[31]

Salta aos olhos o tratamento diferenciado assumido pelos literatos. Embora nada indulgentes com os rebeldes, o narrador na obra de Carrey não deixará de perceber a revolta como *reação*, já que os rebeldes mostravam-se "fatigados da tirania" de "despotasinhos vilões", termo utilizado por Carrey para qualificar os agentes coloniais lusitanos à testa da

31 GOMES DE AMORIM, 1869: 291-292.

Província do Pará. Já Gomes de Amorim, recusando qualquer enlevo legitimador às massas insurgente, reduz o movimento ao puro e simples barbarismo e à selvageria animalesca da plebe ignara, repercutindo assim, abordagens presentes nas primeiras interpretações conservadoras dos movimentos sociais que emergem na Europa desde fins do século XVIII, popularizando intelectuais Edmund Burke ou de Hippolyte Teine.[32]

No Pará e em Portugal, o avanço das interpretações depreciativas da ação portuguesa suscitaram, de imediato, reações e ressentimentos por parte de autores portugueses, inconformados com a cristalização de tais ideias entre a população brasileira. É assim que Francisco Gomes de Amorim, reportando-se aos gracejos e chacotas que no Brasil se fazia com a pronuncia portuguesa, por vezes trocando o b por v, argumentava que: "oxalá que todas as amabilidades que nos dizem no Brasil fossem tão inofensivas como esta". Diante da pecha de explorador e arrivista, esclarece que "nas camadas inferiores é geral esse juízo, acerca dos portugueses".[33]

A fala de Gomes de Amorim não esconde seu desapontamento, pois, para ele, "poucos são os filhos daquele império que fazem inteira justiça ao caráter português". Além do mais, argumenta Amorim: "Se o Brasil tem sido para muitos dos nossos naturais uma fonte de riquezas, não pode ocultar que deve a esses mesmos, que tão injustamente qualifica, a maior parte de sua propriedade e comércio".[34]

O renomado autor português ressentia-se ainda da ação difamatória da imprensa brasileira, para ele a grande responsável por esgarçar as contradições entre brasileiros e portugueses, frequentemente reportando-se a estes últimos, muitas vezes, por meio de desqualificações fincadas num humor ferino e mordaz. Vivia-se um momento de plena expansão da atividade periodista no Brasil, com o jornal, traduzindo muitas vezes compromissos políticos e assumindo uma linguagem veemente. Com tais características, o pasquim consagrou-se entre diversos setores da sociedade brasileira, incluindo-se ai, a imensa massa inculta e analfabeta, alcançada pelos circuitos de difusão da leitura pública. [35]

Ciente da franca capacidade e frequência com que a imprensa açulava as paixões populares, e tomando como mote uma velha canção brasileira difundida nos jornais[36], Gomes de Amorim argumentou:

---

32 Não é à toa que a obra mais importante sobre o movimento da Cabanagem ao longo do século XIX, os *Motins Políticos,* de Domingos Antonio Raiol, se mostre profundamente influenciada por essa concepção aristocrática da História e faça referências diretas às análises depreciativas de Burke acerca da Revolução Francesa. RAIOL, 1970.

33 GOMES DE AMORIM, 1869: 170.

34 GOMES DE AMORIM, 1869: 171.

35 MOREL; BARROS, 2003: 49.

36 A quadrinha a que se refere Amorim, diz: *"Marinheiro, Pé de Chumbo / Calcanhar de frigideira / Quem te deu a confiança / De casar com brasileira?".* GOMES DE AMORIM, 1869: 175.

> Se em Portugal se dissesse aos brasileiros a milésima parte dos apódos afrontosos com que eles nos mimoseiam, que diria a sua Imprensa? Já os gracejos inofensivos de um ou dois jornais portugueses, aliás censuráveis, fizeram com que alguns periódicos do império – tais como a Marmota, o Guaycurú, e outros – tocassem a degola contra nós![37]

As lamurias de Gomes de Amorim, seriam, todavia, em vão, já que a contínua reavaliação das ações coloniais portuguesas no Brasil jamais sairiam de cena e até mesmo se agudizariam nos anos iniciais da República, em meio a ressurgência da *questão nacional* [38] e dos sistemáticos revisionismos que, às vésperas do Centenário da Independência, se operaram no Brasil. Assim, ainda em 1915, era possível ler no jornal *Alma Portuguesa*, editado em Manaus, contestações dessas revisões:

> Li há dias em certo jornal que foi obra do acaso a descoberta do Brasil, não havendo, portanto, tanto merecimento em tal empresa (sic).
> E logo a seguir acrescenta o alvissareiro noticiarista, falando, pelo visto, em nome de outros de seus compatriotas: "– Mas Pedro Álvares Cabral, o almirante português, foi o nosso descobridor, foi o homem que nos revelou ao sol da civilização".
> Em tais termos expandia o maganão o contentamento que lhe vai lá nas entranhas por ver o seu país, o país onde ele nasceu, por acaso, liberto do estado selvagem em que o encontrou o almirante português, e por se ver ele próprio emancipado da tanga, do arco e da flecha, que foram apanágio dos seus avós.
> Está tudo muito bem; mas a verdade é que eu fiquei sem compreender a qual das entidades – acaso ou Pedro Álvares Cabral – atribui o meco os benefícios decorrentes do descobrimento do Brasil, se é que tais benefícios ele reconhece de fato, declarando que não há grande merecimento em tal empresa.[39]

37 GOMES DE AMORIM, 1869: 175.

38 OLIVEIRA, 1990.

39 *Alma Portuguesa*, nº 5. Manaus, 06 de maio de 1915.

É no rastro de tais contradições, que parte da historiografia do movimento Cabano, assumirá, nas primeiras décadas do século XX, a linha interpretativa do *nativismo*[40], entendendo e explicando o movimento como revolta da população indígena e mestiça do Grão-Pará contra seus antigos opressores coloniais, os portugueses, em associação com um precoce sentimento de brasilidade que contagiara os segmentos da elite branca nativa após a Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820 e seus desejos de uma efetiva recolonização do Brasil.

40 Para uma crítica ao conceito de nativismo e à forma como ele se introduziu na historiografia Brasileira, ver: SILVA, 1997.

Referências bibliográficas

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary, 1975. ***Viagem ao Brasil, 1865-1866***. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

CARREY, Emile, 1862. ***Os Revoltosos do Pará***. Lisboa: Typografia do Futuro, 1862.

CUNHA, Manuela Carneiro da, 1992. ***Legislação Indigenista no Século XIX***: uma compilação (1808-1889). São Paulo: EDUSP, 1992.

GOMES DE AMORIM, Francisco, 1869. Ódio de Raça. Lisboa: Typografia Universal, 1869.

HANDELMAN, Heinrich, 1982. ***História do Brasil***. Tomo I. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

KIDDER, Daniel Parish, 1980. ***Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil***. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

MATOS, Odilon Nogueira, 1982. Introdução. In: HANDELMAN, Heinrich, 1982. ***História do Brasil***. Tomo I. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 11-20.

MONTEIRO, John Manuel, 2001. ***Tupis, Tapuias e os Historiadores***: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Campinas: UNICAMP, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo, 1988. Índios da Amazônia: De maioria à minoria. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOREL, Marcos; BARROS, Mariana Monteiro de, 2003. ***Palavra, Imagem e Poder***: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, 1990. ***A Questão Nacional na Primeira República***. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PACHECO, Alexandre, 2012. A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a cobiça internacional – anos de 1960. ***História da Historiografia***. Ouro Preto, nº 10, dezembro de 2012, p. 94-110.

PRADO JÚNIOR, Caio, 1986. ***Evolução Política do Brasil***: Colônia e Império. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JUNIOR, Caio. 1983. ***História Econômica do Brasil***. 29ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RAIOL, Domingos Antonio. ***Motins Políticos***. 3 vols. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

REIS, Arthur Cezar Ferreira, 1994. *A Amazônia que os Portugueses Revelaram*. Belém: SECULT, 1994.

SILVA, Rogério Forastieri da, 1997. ***Colônia e Nativismo***: A História como "biografia da nação". São Paulo: HUCITEC, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck, 1967. ***O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, 1987. Introdução: Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil. In: ***Florilégio da Poesia Brasileira***. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1987, p. 39– 73.